



**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**Curso de Relações Internacionais**  
**TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC**  
**Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das**  
**DCNs do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

Título do Trabalho: Os Programas de Transferência de Renda Condicionada e Segurança Alimentar e Nutricional nas Filipinas

Nome da Estudante: Marina Vilas Boas Talietta

Nome do Orientador: Osmany Porto de Oliveira

Ano de Depósito: 2021

**RESUMO:** Este estudo de caso busca analisar e comparar os programas de Segurança Alimentar e Nutricional e Transferência de Renda Condicionada para as Filipinas, por meio da leitura de documentos oficiais e artigos acadêmicos. Nosso objetivo é compreender, para além de seu funcionamento e resultados, os elementos internacionais envolvidos no processo, analisando de perto a cooperação internacional, processo de difusão internacional de políticas, bem como identificar os mecanismos causais presentes, as organizações internacionais e outros atores envolvidos no processo. O caso das Filipinas possui uma série de elementos interessantes, incluindo o terceiro maior programa de transferência de renda condicionada do mundo e uma extensa quantidade de atores envolvidos em processo de cooperação. Destacamos o Brasil como grande influenciador das políticas e este caso nos ajudará a ilustrar e compreender seu papel de protagonista no sistema internacional, como modelo para políticas sociais. Existem diferenças significativas nos resultados de programas analisados, uma vez que o combate à pobreza resultou em um programa a nível nacional, o Pantawid Pamilyang Pilipino Program, os esforços para combater a fome, por outro lado, consolidaram em um plano nacional composto por 12 programas diferentes. Dentre estes foram selecionados três para análise: Partnership Against Poverty and Hunger, School-Based Feeding Program e Food Stamp Sufficiency Program. Apesar destas diferenças marcantes também identificamos semelhanças como a presença da cooperação técnica e empréstimos por organismos internacionais. Ao fim, fica clara a importância da cooperação tanto com organizações internacionais, quanto cooperação sul-sul com países latino-americanos, além da relevância desses programas no combate à pobreza e a fome.

**ABSTRACT:** This case study seeks to analyze and compare the Food and Nutrition Security and Conditional Cash Transfer Programs to the Philippines, through official documents and academic articles. Our objective is to understand, in addition to the program operation and

results, the international elements involved in the process, closely analyzing international cooperation, international policy diffusion, as well as identifying the mechanisms present, international organizations and other actors involved in the process. The Philippines case had a number of interesting elements, including the third largest conditional cash transfer program in the world and a large number of actors involved in the cooperation process. We highlight Brazil as a major policy influencer and this case will help us to illustrate and understand its role as a protagonist in the international system, as a model for social policies. There are significant differences in the results of the implemented programs, since the fight against poverty resulted in a national program, the Pantawid Pamilyang Pilipino Program, efforts to fight hunger in the other hand, were consolidated in a national plan composed of 12 different programs. Among these, three were selected for analysis: Partnership Against Poverty and Hunger, School-Based Feeding Program and Food Stamp Sufficiency Program. Despite these striking differences, we also identified similarities as the presence of technical cooperation and loans by international organizations. In the end, the importance of cooperation with both international organizations and south-south cooperation with Latin American countries becomes clear in addition to the relevance of these programs in the fight against poverty and hunger.

**KEY-WORDS:** Cash Transfer; Food Security; International Cooperation; Public policy diffusion; International Organization; South-South cooperation

**PALAVRAS-CHAVE:** Transferência de Renda; Segurança Alimentar e Nutricional; Cooperação Internacional; Difusão de Políticas Públicas; Organizações Internacionais; Cooperação sul-sul

## 1.INTRODUÇÃO

As tentativas de combate aos efeitos da desigualdade econômica e social que assolam o mundo culminaram em diversas políticas públicas e, dentre estas, os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTC) e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ganharam destaque nas últimas décadas.

Nesta pesquisa buscaremos analisar e comparar a adoção desses dois tipos de programas na República das Filipinas. Quanto aos PTCs, temos o Pantawid Pamilyang Philipino Program (4Ps), caso que apresenta uma série de elementos interessantes que atraíram atenção de recentes publicações como um exemplo emblemático de difusão de política (HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.265).

Dentre estes elementos citamos: a rápida expansão do 4Ps, que possui atualmente a terceira maior cobertura no mundo (HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.272); o grande nível de cooperação internacional envolvida no processo, destacando o papel do Brasil na difusão de

ambos os tipos de programa, verificado por meio de visitas oficiais e técnicas apresentada em matérias e relatórios e a grande influência de diversas OIs no processo, que serão citadas ao longo do trabalho. No caso do 4Ps damos destaque a influência do Banco Mundial (BM), visto que:

(...) não apenas desempenhou um papel fundamental ao apresentar os PTCs aos formuladores de políticas, como também forneceu apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento do programa (HOWLETT; RAMESH; SAGUIN, 2018. P.275)

Desta forma os diversos documentos de análise de impacto, acordos formais de cooperação e empréstimo produzidos pelo BM são importantes fontes para análise do 4Ps.

Com relação aos programas de Segurança Alimentar que apresentaremos destacamos a influência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization – FAO) e Programa Mundial de Alimentos (PMA) que ofereceram cooperação técnica internacional (CTI) e financeira, além da produção de relatórios de avaliação e promoção de visita ao Brasil.

Por fim, o contexto político interno é outro elemento relevante. Yoon e Kim (2015) mostraram como a ascensão do governo Gloria Arroyo foi importante para implementação dos programas de proteção social (YOON e KIM, 2015, p.78).

Este trabalho está dividido em cinco partes: Primeiro explicaremos nossa estratégia metodológica. Sendo esta pesquisa configurada como um estudo de caso, apresentaremos a abordagem utilizada por meio de Gerring (2004) e Landman (2008), e também a abordagem Dolowitz e Marsh (2000) para análise de difusão de política. Em seguida analisaremos a bibliografia relevante ao processo, incluindo Difusão Internacional de Políticas, Cooperação Internacional, os PTCs e SAN. A terceira parte será a contextualização histórica econômica e perfil político de nossa unidade, as Filipinas.

O quarto tópico será dedicado a apresentar o histórico do PTC - Pantawid Pamilyang Pilipino Program. Apresentaremos seu processo de implementação, demonstrando a influência de programas latino-americanos, o histórico de cooperação internacional e todo o envolvimento crucial do BM, e, por fim, serão expostas algumas conclusões.

Da mesma forma, apresentaremos algumas das maiores políticas relacionadas a SAN: *Partnership Against Poverty and Hunger* (PAPH), *School-Based Feeding Program* (SBFP), e *Food Staples Program* (FSP). Assim como para 4Ps vamos narrar o histórico dessas políticas,

principais atores envolvidos na cooperação, com destaque para a FAO, e, por fim, traçar algumas conclusões.

Em sequência, buscaremos comparar ambas as políticas, mostrando as similaridades e as diferenças. Por fim, na conclusão apresentaremos um balanço final explicitando a importância dos programas no alívio da extrema pobreza e fome, destacaremos a importância da cooperação e das Organizações Internacionais (OIs) para todo processo, além de fazer as críticas necessárias à sua formulação e cenário atual, levantando a necessidade para futuros estudos.

## **2. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA**

Este trabalho configura-se como Estudo de Caso, ou seja, um estudo intensivo de uma unidade específica, buscando compreender um grupo maior de unidades similares (Gerring, 2004, p.314). Apresentaremos as análises de Gerring (2004) Landman (2008) sobre o tópico para traçar nossa estratégia metodológica.

Gerring estabeleceu seis termos em sua pesquisa: unidade, população, amostra, casos, variáveis e observações. Cada unidade corresponde a um fenômeno espacialmente delimitado e que é observado a partir de um determinado momento no tempo; a população corresponde a amostras, que por sua vez, são compostas de diversas unidades, compreendendo os casos (GERRING, 2004, p.342). Estes casos estão relacionados a uma série de dimensões relevantes, ou seja, as variáveis, construídas a partir de diversas observações (GERRING, 2004, p.342). Para Gerring os países podem funcionar como qualquer um desses termos dependendo do argumento que está sendo construído pelo pesquisador (GERRING, 2004, p.342).

Todd Landman por sua vez, diverge em algumas constatações e entende que os países podem apenas se caracterizar como os casos do estudo. Os termos considerados pelo autor são: Casos, os países-objeto do estudo de política comparada; as unidades de análise, ou seja, objetos nos quais são coletados os dados, como por exemplo, indivíduos, movimentos sociais dentre outros; as variáveis seriam conceitos com valores que variam a partir das unidades, por exemplo renda ou a propensão a se juntar a um movimento social; por fim as observações são valores das variáveis para cada uma das unidades que pode se apresentar na forma numérica, verbal ou até mesmo visual. (LANDMAN, 2008 p.18-19)

Dentre os pontos analisados por Landman (2008), ele detalha a comparação de poucos países e, para esta, o autor apresenta dois sistemas: Most Similar System Design, que encontra, em

países com sistemas parecidos, resultados diferentes; e o Most Different System Desing, que encontra resultados parecidos em países com sistemas muito diferentes, não possuindo características parecidas além dos resultados da pesquisa (LANDMAN, 2008 p.70-71).

A partir da junção destes critérios de Landman e Gerring, traçamos nossa estratégia metodológica: temos como objetivo compreender e comparar a transferência internacional de dois tipos de programas, ou seja, os casos deste estudo: O programa de Transferência de Renda Condicionada e os programas de Segurança Alimentar para as Filipinas. Este país é nossa unidade da análise, na qual foram coletados os dados, e diversas variáveis e observações serão traçadas a partir dessa análise. Para ajudar a guiar estas observações utilizamos o Modelo Dolowitz e Marsh organizado através do “Policy Transfer Framework” (2000, p.9).

As questões propostas pelos autores são: Por que os atores se engajarem na transferência de política? Quem são os atores chaves envolvidos no processo de transferência? O que é transferido? De onde a experiência veio? Quais são os níveis de transferências? O que restringiu ou facilitou o processo de transferência? (DOLOWITZ E MARSH 2000, p.8). As análises desta pesquisa buscarão responder a essas perguntas.

Por fim, destacamos que para a questão “O que restringiu ou facilitou o processo de transferência?” consideramos os mecanismos causais, ou seja, uma série de fatores que interferem e influenciam no processo de difusão de políticas (OLIVEIRA, 2016, p.70). Definimos abaixo alguns dos mecanismos listados por Oliveira (2016) que serão citados ao longo deste trabalho.

A construção é composta por duas dimensões, uma abstrata referente a imagem, e outra concreta que reflete em eventos e ações pontuais legitimando os programas (OLIVEIRA, 2016, p.71). A indução envolve ação de influência sob adoção de um programa, e pode ocorrer de forma mais ou menos incisiva, sendo frequentemente ligada a ações de OIs. (OLIVEIRA, 2016, p.72)

Networking envolve a construção de relação com outros atores que auxiliam no processo de difusão (OLIVEIRA, 2016, p.73). O rastreamento externo envolve localizar experiências reconhecendo-se boas práticas (OLIVEIRA, 2016, p.74). A tradução envolve um processo de interpretação de uma política e sua adaptação aos interesses de quem vai adotá-la (OLIVEIRA, 2016, p.75).

O mecanismo de renovação política ocorre a partir de processos de mudança políticas em que governos ou elites são substituídos (OLIVEIRA, 2016, p.76). A capacitação envolve a formação

de novos especialistas nas ferramentas de adoção de determinada política (OLIVEIRA, 2016, p.77).

Por fim, a Cooperação envolve intercâmbio entre atores, seja de ideias ou recursos, ocorrendo de maneira formal, por meio de acordou ou informal, como este mecanismo terá um papel fundamental detalharemos a bibliografia a seu respeito nas próximas sessões (OLIVEIRA, 2016, p.73).

### **3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Esta seção se dedica a apresentar brevemente alguns conceitos e bibliografia relevante para pesquisa. Primeiro abordaremos uma série de conceitos relacionados às Relações Internacionais: Difusão Internacional de Políticas, Cooperação Internacional e Organizações Internacionais. Em seguida revisaremos brevemente a bibliografia específica PTCs e SAN, apresentando um pouco de sua história e formas.

#### **3.1 Difusão de políticas**

O fenômeno de difusão de políticas públicas “é um processo, mediado ou não, a partir do qual um elemento, ou um conjunto de elementos, de ordem política (...) situado em algum lugar, no tempo ou no espaço, passe a ser adotado alhures.” (OLIVEIRA, 2016, p.60)

O foco desse estudo é a transferência internacional de políticas, ou seja, “transferência de políticas de uma jurisdição nacional para outra” (HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.265). Este fenômeno é muito comum e tem sido cada vez mais objeto de pesquisa.

Esses estudos, em sua maioria, buscam compreender questões relacionadas ao como, por que e de que forma as políticas são transferidas (HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.265). Assim, é importante identificar mecanismos que auxiliaram no processo, incluindo quais atores e eventos foram relevantes, além do cenário político e econômico do país e de sua região, buscando compreender os efeitos para a transferência por meio dos mecanismos causais.

#### **3.2 Cooperação Internacional**

Destacamos a importância do tema da Cooperação Internacional para a difusão de políticas, uma prática que existe há décadas (MOMBELLI, 2018, p.2), com diversas interpretações sobre o que motiva os Estados a desenvolver essas relações (MILANI, SUYAMA e LOPES, 2013, p.5).

Para este trabalho abordamos o tema da Cooperação para o Desenvolvimento, ou seja:

Conjunto de atuações de caráter internacional realizadas pelos atores públicos e privados, entre países de diferentes níveis de renda para promover o progresso econômico e social dos países em vias de Desenvolvimento (AYLLÓN, 2006, p.7).

Segundo Ayllón, essa ocorre por meio de um Sistema Internacional de Cooperação Para o Desenvolvimento no qual ações para cooperação são desenvolvidas pela rede de instituições públicas e da sociedade civil (AYLLÓN, 2006, p.7). Muitos tipos diferentes de organizações fazem parte desse sistema incluindo OIs, instituições públicas dos receptores e doadores, organizações não-governamentais, empresas privadas, dentre outras (AYLLÓN, 2006, p.7).

O autor aponta 5 tipos de cooperação: Multilateral, que envolve agências, instituições ou organizações governamentais autônomas; bilateral, com administração pública e/ou organizações de desenvolvimento sem caráter oficial; descentralizada ligadas a administração pública regional; Não-governamental, através das ONGs; e, por fim, empresarial, com empresas que conferem assistência técnica e transferência de tecnologias (AYLLÓN, 2006, p.7).

Além disso, o autor lista os instrumentos dessa cooperação e seus destinos: a Cooperação Econômica, destinada ao fortalecimento de setores produtivo, de infraestrutura e etc; Preferências Comerciais, para a eliminação de barreiras comerciais às exportações; Ajuda Financeira, destinada a facilitar acesso a investimentos para produção, linhas de crédito para importação, perdão de dívida externa, entre outros; Assistência Técnica, fortalecimento de capacidade técnica e troca de experiências; Ação Humanitária, envolvendo ajuda alimentar, socorro, proteção de direitos humanos, etc; e Cooperação C&T, com a transferência de tecnologias para serviços de áreas como educação, saúde e saneamento (AYLLÓN, 2006, p.8).

Como veremos adiante, a cooperação que se mostrará mais presente no caso filipino será a cooperação multilateral e bilateral, com governos e OIs e os principais instrumentos envolvidos são os de assistência técnica e ajuda financeira.

Também destacamos o conceito de Cooperação Sul-Sul (CSS), um tipo de cooperação que coloca os tradicionais países receptores na posição de prestador de cooperação (POMEROY,

WAISBICH e LOPES, 2017, p.1). Esse tipo de cooperação ganha forças no contexto das lutas anticoloniais a partir da década 1950 (POMEROY, WAISBICH e LOPES, 2017, p.1). A CSS procura promover uma autonomia maior dos países em desenvolvimento e tem uma série de vantagens ao tratar de uma relação de benefícios mútuos e cooperação de países em realidade similar e que, portanto, são mais facilmente adaptáveis (POMEROY, WAISBICH e LOPES, 2017, p.4 e MILHORANCE, 2013, p.7). Em formato de cooperação técnica, o foco desses processos é uma troca horizontal de conhecimento, que não costuma envolver muitos empréstimos (POMEROY, WAISBICH e LOPES, 2017, p.4 e MILHORANCE, 2013, p.7).

Durante os anos 2000 que a CSS ganhou maior espaço e o Brasil começou a exercer grande protagonismo, sendo que o país "(...) tradicionalmente desempenhou papel de beneficiário de programas e financiamentos." (MILANI, 2013, p.3). Dentre as razões dessa ascensão está a ideia de um esgotamento do paradigma tradicional da cooperação e que possuíam uma ideologia rígida envolvendo imposição de modelos e práticas (MILHORANCE, 2013, p.5). Em seções posteriores veremos como esse tipo de cooperação foi importante para transferência dos programas para as Filipinas.

### **3.3 Organizações Internacionais**

As Organizações Internacionais "(...) tornaram-se atores chave nos processos de internacionalização das políticas públicas desenvolvidas no plano doméstico ou internacional" (FARIA, 2018, p.30), e são centrais tanto para construção, como a legitimação de políticas, além de criar e fortalecer redes transnacionais que pautam a difusão de políticas públicas, sendo muitas vezes as grandes promotoras das conhecidas como políticas públicas globais (FARIA, 2018, p.30).

Faria (2018) apresenta três tipos de OIs: organizações intergovernamentais, organizações não governamentais internacionais, e empresas multinacionais (FARIA, 2018, p.30), atuando desde o nível internacional, ao nacional e subnacional (OLIVEIRA, 2016, p.63). Nesta pesquisa o primeiro tipo terá destaque na participação do processo, como será mostrado em seções futuras e apresentamos brevemente as quatro das mais relevantes:

O Grupo Banco Mundial é a junção de 5 instituições e oferece uma variedade de serviços aos Estados membros com a finalidade de erradicar a pobreza, o que engloba políticas de



desenvolvimento, consultorias que buscam oferecer seus métodos e experiência, além de serviços financeiros (ROMMINGER, 2004, p.277).

O ADB é uma organização com objetivo de erradicar a extrema pobreza na região asiática. Sua atuação se dá por meio de empréstimos, assistência técnica e concessões para promoção de desenvolvimento econômico e social de seus membros (ADB, 2020).

Dentro do sistema das Nações Unidas destacamos a participação primeiramente, da FAO, agência especializada que lidera os esforços internacionais no combate à fome e tem como objetivo atingir a segurança alimentar para todos (FAO, 2020), e do PMA, uma organização focada na entrega de alimentos para situações de emergência e também trabalho junto a comunidades para melhorar nutrição (PMA, 2020).

Por fim, o Centro de Excelência Contra a Fome, resultado de uma parceria entre o PMA e o governo brasileiro, é um espaço de diálogo em que se formam políticas públicas, aprendizagem, capacitação e assistência técnica sul-sul (Centro de Excelência Contra Fome, 2020).

Essas organizações desempenham papel de suma importância para a adoção dos programas, desde a apresentação do modelo, ao financiamento para sua implementação. Além disso, todas produzem relatórios para acompanhar o andamento de projetos e analisar resultados, e serão utilizados ao longo da pesquisa.

### **3.4 Os Programas de Transferência de Renda**

A ascensão desse tipo de programa ocorreu inicialmente na América Latina, e mais tarde ganhou força em diversas partes do mundo (LEITE e PERES, 2013, p.352). Essa ascensão está relacionada uma releitura do conceito de desenvolvimento econômico por parte das OIs entre as décadas de 90 e 2000 (LEITE e PERES, 2013, p.352). Ela trouxe o combate à pobreza e à desigualdade econômica como imprescindíveis para o desenvolvimento e a pobreza passou a ser entendida como conceito multidimensional que envolve diversas questões de vulnerabilidade social (LEITE e PERES, 2013, p.352). Foi nesse cenário que diversos países latino-americanos começaram a implementar PTCs (LEITE e PERES, 2013, p.352).

Maria Clara de Oliveira (2018, P.61), aponta em sua pesquisa alguns tipos de programas de transferências monetárias e, para nossa pesquisa, interessam aqueles que possuem condicionalidades. Esse tipo de transferência monetária condicionada, compreende a pobreza

como fenômeno multidimensional, com foco no “desenvolvimento da capacidade produtiva dos beneficiários” (OLIVEIRA, 2018, p.61). A autora entende condicionalidades como uma série de atividades que os indivíduos ou famílias participantes do programa concordam previamente em cumprir em troca do benefício (OLIVEIRA, 2018, p.62). Essas condições podem ser *hard*, caso em que leva a expulsão ou alguma outra penalidade caso não cumpridas, ou *soft*, funcionando com sistema de advertências e penalidades com diferentes graus caso seja descumprida regularmente (OLIVEIRA, 2018, p.63).

O 4Ps, foco desta pesquisa, se configura como um Programa de Transferência de Renda Condicionada, fazendo uma série de exigências aos participantes, bem como os programas nos quais se inspirou como o Bolsa Família do Brasil, e o mexicano Oportunidades (como veremos adiante).

### **3.5 Os Programas de Segurança Alimentar e Nutricional**

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, definiu, durante Declaração da cúpula Mundial da Segurança Alimentar de 2009 como um momento em que “todas as pessoas, a todo tempo, têm acesso às necessidades de suas dietas e de suas preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (FAO; IFAD; WPP, 2013, p.17).

Ainda segundo definição da FAO, o oposto da Segurança Alimentar seria a fome, ou seja, a condição na qual as pessoas não consomem alimentos o suficiente para realizar suas atividades, manter uma pessoa dentro do aceitável e saudável (Lima, 2014, p.95).

Em seu relatório o CONSEA também traz uma definição de SAN:

(...) a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Consea, 2004, p.4)

O direito à alimentação consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, dentro do artigo 25: “1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação (...)” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, art.25) e alcançar a segurança alimentar está contemplada através do item 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável - dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da

Organização das Nações Unidas (ONU), uma série de 17 objetivos globais para serem alcançados até 2030.

Entre 2007-2008 ocorreram crises de abastecimento alimentar, e houve um pico no preço dos alimentos (Lima, 2014), o preço do arroz, por exemplo, aumentou em 170% e do trigo 127% (ESTEBAN, 2015, p.82). Duas soluções podem ser propostas para esses problemas: o do comércio internacional ou o conceito da Soberania Alimentar, geralmente ocorrendo uma combinação de ambas (CONSEA, 2004, p.16).

O primeiro defende que a produção e comércio de alimentos em escala mundial é suficiente para suprir a demanda global e conseguiria gerar empregos ao mesmo tempo que produz alimentos de alta qualidade e baixo custo, sendo necessário aos países focar na especialização de produção de determinados produtos é importante sempre que forem mais baratos (CONSEA, 2004, p.16). Contudo, fortes críticas são feitas a este modelo considerando que, apesar da grande quantidade de alimentos no mundo, ainda existe um grande número de pessoas que passam fome e situação de subnutrição, além de outros diversos impactos sociais e ambientais negativos, questões de saúde relacionadas aos péssimos padrões de alimentação e até mesmo questões culturais (CONSEA, 2014, p.16).

Por outro lado, o conceito de Soberania Alimentar prevê a autossuficiência dos Estados na produção de alimentos, mesmo que não total, entendendo que a produção doméstica possui grande significado em diversas esferas (social, econômica, ambiental e cultural) e pode ser combinada ao comércio internacional, atendendo a necessidade de cada país (CONSEA, 2014, p.16). Contudo, critica-se que este tipo de política pode gerar um aumento dos preços de alimento, pois não é capaz de garantir preços baixos como internacional e possui capacidade limitada de produzir empregos (CONSEA, 2014, P.16). Ambos os tipos de política foram adotados pela Filipinas.

#### **4. CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E HISTÓRICA DAS FILIPINAS**

A República das Filipinas é um país formado por mais de sete mil ilhas localizadas no leste asiático (HERNANDEZ to Britanica, 2020), e é uma democracia constitucional pluripartidária, independente desde 1946. A constituição atual foi aprovada em 1987 após longo período de ditadura militar que se estendeu de 1965-1986 (HERNANDEZ to Britanica, 2020).

O governo é dividido nas esferas executiva, legislativa e jurídica e o presidente e vice-presidente são eleitos para termos de 6 anos, sendo o atual chefe de estado Rodrigo Duterte, eleito em 2016 (GOV.PH, About The Government, 2021).

É um país de renda média que passou por um rápido crescimento econômico nas últimas décadas, com um crescimento médio anual de 6.2% no PIB desde 2012 (BRIONES et al., 2017, p.1). Apesar deste crescimento, os altos níveis de pobreza e fome persistem (CHAUDHURY e OKAMURA, 2012, p.1).

Ainda no âmbito econômico, as Filipinas possuem, segundo Trading Economics (2017), o 15º maior PIB da Ásia com 313.60 bilhões de dólares em 2017. O IDH do país é de 0,712 em 2019, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano realizado pelo PNUD (PNUD, 2019). Este desempenho é considerado nível médio de desenvolvimento humano e, com esse valor, ocupa a 106º no ranking mundial, e 34º na Ásia (PNUD, 2019). Com relação ao índice Gini as Filipinas encontram-se na 44º posição do ranking mundial com índice de 44.4, correspondendo a 6º colocação na região asiática (World Bank, Gini index, 2019).

## **5. OS PROGRAMAS FILIPINOS**

Esta seção tratará de apresentar os esforços das Filipinas para combate às desigualdades e será dividida entre o PTC e os programas de SAN. Para ambos inicialmente faremos uma breve apresentação do histórico da luta contra pobreza e fome no país, expondo resumidamente algumas tentativas de solução anteriores e as causas para sua falha.

Em seguida, apresentaremos os programas contemporâneos mais relevantes, detalhando seu funcionamento, principais objetivos e o histórico da difusão identificado, apontando os atores e mecanismos envolvidos no processo, por fim, traçando algumas conclusões.

### **5.1 O Programa de Transferência de Renda Condicionada**

As Filipinas comprometeram-se em alcançar Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Os PTCs podem ser associados a alguns desses objetivos e, no caso Filipino o 4Ps, principal programa de combate à pobreza do país, é muito importante para este fim. Dentre os ODSs que 4Ps atende podemos destacar: 1 – Erradicação da Pobreza em todas as suas formas e lugares; 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhoria da nutrição e

promover a agricultura sustentável; 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades; 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos (Nações Unidas, 2021).

### **5.1.1 Histórico de Combate à Pobreza**

Conforme Kim e Yoo (2015) detalharam, nos anos 80 as Filipinas passaram por um processo de democratização em meio a manifestações com fortes reivindicações populares (KIM e YOO, 2015, p.77). Em sua tentativa de atendê-las, os governos formularam diversos projetos que, de forma geral, buscavam a redução da pobreza no país. Contudo, todos esses programas – até a adoção do 4Ps - falharam (Kim e Yoo, 2015, p.77). Os motivos para tal falha foram diversos, em sua maioria associados à corrupção e uma forte oligarquia que resistia fortemente a determinadas medidas (Kim e Yoo, 2015, p.77).

Esses programas anteriores ao 4Ps eram geralmente focados no empoderamento da população e tipicamente de pequena escala envolvendo um investimento baixo - 1,5% do orçamento total, incluindo para subsídio de arroz (HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.273). A seguir apresentaremos alguns.

A presidente Corazón Aquino (1986-1992) introduziu um conjunto de políticas voltadas para o desenvolvimento sob o projeto “*Help People*”. Esse projeto envolvia, entre outras medidas, a reforma agrária e criação de empregos, entendidas como principais ferramentas para redução da pobreza. Contudo, o impacto do programa foi bem modesto ao passo que a reforma agrária foi frustrado pelas oligarquias políticas da época (Kim e Yoo, 2015, p.77).

Mais tarde o presidente Fidel Ramos (1992-1998) promoveu o programa “Filipinas 2000”, que buscou uma reforma econômica e estratégias redistributivas, além de uma agenda de reforma social que enfatizava a diminuição da pobreza e desenvolvimento agrário, contando com um pacote de benefícios que buscavam promover acesso à educação, moradia, saúde e saneamento básico (Kim e Yoo, 2015, p.77). O programa gerou significativa melhora dos índices referente a parcela da população que vivia em situação de extrema pobreza, contudo, Fidel Ramos falhou em proporcionar uma mudança profunda do cenário político e, dessa forma, as oligarquias continuam exercendo sua influência e barrando medidas estruturais como a reforma agrária (Kim e Yoo, 2015, p.77).

O presidente Joseph Estrada (1998-2001) introduziu um sistema de compreensão de benefícios para os mais pobres que forneciam serviços de medicina, funerário, dentre outros (Kim e Yoo, 2015, p.77). Entretanto, houve um grande impedimento para o bom desenvolvimento de suas políticas: escândalos de corrupção durante seu governo impediram uma implementação eficaz, e em meio a protestos deixou a presidência (Kim e Yoo, 2015, p.77).

### **5.1.2 Pantawid Pamilyang Philipino Program**

O 4Ps é foco desta pesquisa pois é o maior programa de combate à desigualdade e extrema pobreza dos últimos anos nas Filipinas. Cobrindo 21% da população é o terceiro maior PTC do mundo - depois do Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil que cobre 29% e o Oportunidades do México com 27% (HOWLETT, RAMESH E SAGUIN, 2018, p.272).

O Pantawid Pamilyang utiliza 0,5% do PIB total do país, correspondendo a 2,8% de todo orçamento do governo (HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.272). É um programa que traz a importância da formação de uma estrutura de proteção social, e tornou-se central no combate à pobreza, com os demais programas passando a convergir para ele (HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.272).

O programa possui dois principais objetivos: assistência social e o desenvolvimento social. No longo prazo o objetivo é que seja possível quebrar o ciclo de pobreza, gerando desenvolvimento social, por meio da assistência social no curto prazo, ao oferecer apoio para famílias pobres por meio de um auxílio de renda e gerando incentivo para que estas famílias invistam na educação e saúde de seus filhos (HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.273).

Explicaremos primeiro o funcionamento dos 4Ps, seguido de uma construção cronológica dos acontecimentos da difusão da política, mostrando desde o surgimento da ideia até sua implementação. Em seguida, falaremos dos resultados e, por fim, algumas breves conclusões sobre este processo.

#### **5.1.2.1 Funcionamento e Objetivos do Programa**

As condições deste programa envolvem três áreas distintas: A saúde, exigindo que crianças e mulheres grávidas visitem centros de saúde para realizar regulares avaliações preventivas, além da participação em campanhas de imunização; A segunda diz respeito à educação e exige que

as crianças estejam matriculadas nas escolas e tenham presença mínima de 85%; Por fim, a última exige que os pais atendam sessões de Desenvolvimento Familiar, nas quais são discutidas as responsabilidades dos pais, da família e da comunidade (FISZBEIN E SCHANDY, 2009, p.230).

O benefício é entregue mensalmente às mães através de cartões, processo realizado pelo *Land Bank of Philipines*. (FISZBEIN E SCHANDY, 2009, p.230). Para identificar as famílias em situação de pobreza potenciais participantes do programa foi desenvolvida uma metodologia baseada no Sistema Nacional de Seleção de Domicílios Beneficiados (FISZBEIN E SCHANDY, 2009, p.230).

Este teste de elegibilidade multidimensional (HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.273) é um sistema transparente de seleção que utiliza um processo de várias etapas (FERNANDEZ e OLFINDO, 2011, p.2). Primeiramente, para identificar as províncias mais pobres (onde é necessário residir para ser elegível) é utilizada a Pesquisa de Renda e Despesas Familiares, realizada pelo Escritório Nacional de Estatística, que localiza as áreas mais pobres (FERNANDEZ e OLFINDO, 2011, p.2). Em seguida os municípios e cidades são selecionados por uma série de estimativas estatísticas e dados baseados nos *Pockets of Poverty* – “bolsões de pobreza” (FERNANDEZ e OLFINDO, 2011, p.2-3). Identificadas as casas por meio do Holsegold Targeting System, são selecionados, ao fim, as famílias que atendem a critérios de elegibilidade (FERNANDEZ e OLFINDO, 2011, p.3).

Este tipo de método para seleção é similar ao modelo Mexicano e Colombiano e foi bastante exaltado pelo BM, como demonstra o trecho abaixo:

Países com grandes diferenças entre ricos e pobres são mais bem servidos por testes indiretos, enquanto a identificação de públicos-alvo por meio do critério geográfico pode ser mais eficiente para populações largamente homogêneas (VERMEGREN, 2002, p.2. Em HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.274).

A verificação das condições dos participantes do programa são realizadas através das escolas e centros de saúde que reportam mensalmente aos centros municipais, informando quais beneficiários não se apresentam. Portanto, a atualização da base de dados é feita a nível municipal ou regional, de onde são colhidas as informações (FISZBEIN E SCHANDY, 2009, p.230).

Estudos do BM apontam os seguintes elementos como aqueles que viabilizaram o sucesso do programa: Seleção objetiva dos beneficiários; Mecanismo de Feedback sistêmico; Participação

ativa dos cidadãos e engajamento da comunidade; Forte gestão orientada pelos resultados; e a comunicação pública e divulgação (HAYAKAWA, BRINK, PROSARAC, 2015, p.2-4).

De acordo com estudo do Instituto Filipino para Estudos de Desenvolvimento (2012), o principal problema no funcionamento do programa é a seleção das famílias participantes ser feita exclusivamente dentro dos “bolsões de pobreza”, pois isso provoca a exclusão de diversas famílias que necessitam desses benefícios, mas não estão localizadas nestse tipo região (Celia M. Reyes e Aubrey D. Tabuga, 2012, p.3).

### **5.1.2.2 Dinâmicas da transferência**

Como já detalhamos o cenário das Filipinas nos anos 2000 foi de um rápido crescimento econômico e persistência da desigualdade socioeconômica. Foi nesse contexto que os PTCs passam a ser reconhecidos e recomendados internacionalmente, e para compreender como este tipo de programa chegou ao país vamos citar os eventos relevantes em ordem cronológica.

Em 2005, ocorreu o Fórum de Desenvolvimento Filipino copresidido pelo BM e o Departamento de Assistência Social e Desenvolvimento (DASD), contou com a participação de diversas agências internacionais e abriu as portas para cooperação internacional (KIM e YOO, 2015, p.80).

Em 2006, ocorreram três eventos importantes: O primeiro foi uma conversa entre uma funcionária da secretaria do Bem-estar social das Filipinas, a Doutora Esperanza Icasas-Cabral, e um funcionário do BM, que estava trabalhando com o desenvolvimento de um PTC na Indonésia: Jehan Arulpragasam (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.273). Este momento importante, pois foi a primeira vez que a ideia de um PTC foi apresentada para as Filipinas (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.273).

Nessa conversa o funcionário incentivou que o país participasse da conferência sobre PTCs em Istambul, organizada pelo BM nesse mesmo ano, e ao retornar dessa conferência ocorreu uma reunião de assistência técnica convocada pelo ADB (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.273).

O projeto piloto dos 4Ps foi lançado em 2007 e, mesmo antes de análises que demonstrassem seus efeitos, a presidente decidiu expandi-lo (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.276). Neste mesmo ano ocorreram duas visitas técnicas a países latino-americanos, Colômbia e



México, nas quais funcionários do DASD viajaram com apoio do Banco Mundial e AusAid (HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.273). Estas visitas representaram uma importante plataforma de aprendizagem e ajudaram a inspirar o já citado teste de elegibilidade multidimensional para identificar as famílias participantes. (HOWLETT, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.273).

Em 2009 a presidente Arroyo, juntamente com funcionários do DASD e outros membros do congresso, fizeram uma visita ao Brasil e encontraram com o então presidente Lula, e demonstraram grande interesse no Programa Bolsa Família (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.277 e KIM e YOO, 2015). Nesta ocasião, o Presidente brasileiro fez um discurso exaltando a cooperação e união na luta contra desigualdade, e também da importância de aproximação entre os países. Foi no retorno dessa viagem que a presidente Arroyo decidiu oficializar o 4Ps (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.277).

Como é possível perceber através de documentos oficiais (Official World Bank Document, 2017) e do artigo de Howlet, Ramesh e Saguin (2018, p.273) o BM proporcionou empréstimos que permitiram expansão rápida do programa. Em 2013 houve visitas técnicas ao Brasil por funcionários do DASD, e o encontro South-South Learning com foco em programas de distribuição de renda condicionada (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.277).

Destacamos também o cenário propício para a participação de um órgão extremamente relevante para o processo de adoção dos 4Ps: DASD. O departamento sofreu com uma perda de função após a descentralização das políticas de proteção desenvolvidas anteriormente, como por exemplo, *Kapat Bisig Laban sa Kahirapan* (Entrega Ampla e Integrada de Serviços de Assistência Social). Esta luta por um novo papel encaixou com a necessidade da criação de um novo programa em proporções nacionais e concedeu ao DASD alta relevância (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.275).

Além disso, descrevemos diversas relações de cooperação internacionais importantes ao processo. Retomando, resumidamente, alguns fatos citados: visitas técnicas e oficiais ao Brasil, Colômbia e México, que envolveram patrocínio da FAO, PMA e Banco Mundial. Deve-se ressaltar a relevância deste último pois, além de ter sido graças a ele que os tomadores de decisão tiveram contato com os PTCs pela primeira vez, também forneceu apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento do programa, incluindo empréstimos de 404 milhões de dólares em 2008 e 450 milhões de dólares em 2015 (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.275).

Além dessas instituições, foram mencionadas outras diversas OIs que ofereceram empréstimos e ajuda técnica como a AusAid que ofereceu assistência técnica, e o ADB que ofereceu com um empréstimo de 400 milhões de dólares em 2010 e novamente em 2015.

### **5.1.2.3 Resultados**

Um relatório do BM de 2017 apresenta uma avaliação de impacto, de forma geral, positiva do programa, sendo que atingiu resultados desejáveis na área da saúde e educação (AZOSTA, AVALOS e ZAPANTA, 2017, p.11). Na primeira alguns pontos de significativa melhora foi com relação ao número de crianças vacinadas, de beneficiários que participam de seminários sobre saúde em suas comunidades, aumento na frequência de mulheres realizando pré-natal, e melhores condições de parto e pós-natal, o que impactou no bem-estar a longo termo das mães e filhos (BRAGANZA, 2018, p 2). Contudo, houve certa diferença na presença entre pré e pós natal, demonstrando que o segundo ainda necessita de melhoras (AZOSTA, AVALOS e ZAPANTA, 2017, p.13).

Quanto a educação, os estudos mostraram uma significativa queda no trabalho infantil e no número de crianças que precisavam repetir o ano na escola (BRAGANZA, 2018, p 2). De forma geral o índice de matrículas de famílias participantes considerado alto pelo órgão, com uma porcentagem de 95% (Official Gazette, 2015). Houve também aumento de 5% na presença nas escolas entre as idades 12-17, além de haver um paralelo entre o programa de incentivo ao melhor comportamento dos alunos (AZOSTA, AVALOS e ZAPANTA, 2017, p.11). Contudo, o programa não foi capaz de replicar os resultados iniciais na frequência de presença dos beneficiários mais jovens 3-5 anos, por conta de fracos incentivos, ausência de escolas de jardim de infância em áreas rurais e falta de conscientização para os pais sobre a importância de os filhos nesta idade irem para escola (AZOSTA, AVALOS e ZAPANTA, 2017, p.12).

### **5.1.2.4 Conclusões sobre 4Ps**

Ao analisar todos os fatos apresentados, podemos notar a presença de seis mecanismos operando no processo: Primeiro observamos a presença da indução, mecanismo associado à influência que o BM teve na adoção do programa, servindo como incentivo direto para escolha da adoção deste tipo de política. Além disso, a partir dos convites do BM para participação em workshops e conferências internacionais observamos a presença do mecanismo de networking.

Isto significa, que contatos foram estabelecidos nesses espaços, contribuindo para a criação de vínculos e redes entre indivíduos, que facilitaram o processo de transferência.

Por seu turno, mudanças políticas no governo permitiram a implementação de programas de combate à fome e pobreza, primeiro com democratização e em seguida com governo Arroyo. Nestas circunstâncias podemos observar o mecanismo de renovação política.

Além disso, o mecanismo de cooperação é observado a partir dos acordos de CTI e empréstimos por OIs, além das visitas técnicas e oficiais de comitivas Filipinas à países Latino-Americanos – México, Colômbia e Brasil. Consequentemente, observamos o mecanismo da capacitação, já que esses grupos adquiriram conhecimentos e experiência a partir destas visitas e ferramentas dos modelos instituídos nesses países. Por fim, observamos a presença do mecanismo de construção, uma vez que o 4Ps tornou-se uma das fontes de sustento do governo construindo uma boa imagem, elogiado pelo BM (Hayakawa, Brink e Posarac, 2015, p.5).

Sintetizando os desafios para a implantação e manutenção dos PTCs apresentados pelo relatório do Grupo do Banco Mundial e da AusAID (ARULPRAGASAM, FERNANDEZ, MATSUDA, OLFINDO, STEPHENS, 2011), temos em primeiro lugar os problemas administrativos. Como mostrou a experiência em diversos países este tipo de programa possui uma natureza administrativa complexa e é um desafio estabelecer uma governança e sistemas anticorrupção para poder sustentá-lo. Uma reportagem da CNN (NAVALLO, ABS-CBN News, 2018) mostrou que o programa passava por problemas orçamentários em 2017, e delatou que milhares de famílias Filipinas não receberam o auxílio referente ao mês de dezembro. Ao final de 2019, contudo, o DASD levou ao congresso e conseguiu que um pedido de aumento do orçamento para 2020 fosse aprovado.

Por fim, gostaríamos de apontar alguns fatores internos e externos que tiveram grande importância no processo. Primeiramente, é necessário destacar a importância do Brasil e seu papel de referência internacional no campo dos programas transferência de renda. Como detalhado por Howlet, Ramesh e Saguin (2018, p.271) o PBF foi um dos programas que recebeu maior atenção do Banco Mundial e resultou na recomendação de PTCs em diversos países.

Os dois casos de maior relevância para a criação do programa filipino são o brasileiro e o mexicano, e em menor escala do programa colombiano - Famílias em Acción (HOWLETT; RAMESH; SAGUIN, 2018, p.273). Isto tem como base a documentação de visitas técnicas e oficiais por delegação das Filipinas para ambos os países com objetivo de pesquisar os programas (HOWLETT; RAMESH; SAGUIN, 2018, p.273)

Dessa forma, a transferência desse programa para as Filipinas parece se encaixar no tipo ideal da Síntese, conforme conceito de Richard Rose (1993). Isso significa que foram tomados elementos de vários programas distintos para construir o 4Ps. Como descrito por Holett, Ramesh e Seguin: “Governos que recebem a transferência da política, como é o caso das Filipinas, parecem ter selecionado esse conjunto de objetivos a partir de um menu de casos documentados de outros países.” (HOWLETT; RAMESH; SAGUIN, 2018, p.274).

Podemos perceber que ambos os programas (brasileiro e filipino) tiveram êxito em aliviar os casos de extrema pobreza. Estima-se que graças ao programa Bolsa Família houve a redução da miséria em 28% em 2012 segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (BRAGA, G1, 2013). Além disso, houve impacto positivo na educação, com dados apontando que as crianças de famílias participantes do programa apresentam progressão escolar de 6 pontos percentuais a mais que outras de mesmo perfil socioeconômico (CAMPELLO e NERI, 2013, p.184). Os autores também mostram como também houve impacto positivo na saúde com melhor nutrição e redução da mortalidade infantil (CAMPELLO e NERI, 2013, p.185). E, como já foi citado o caso dos 4Ps, tanto na educação quanto saúde o programa mostrou impactos positivos aumentando acesso e frequência em programas de saúde e matrículas em escolas (Official Gazette, 2015).

É necessário pontuar, contudo, que nenhuma mudança estrutural foi produzida. Os programas anteriores das Filipinas continham medidas que não agradavam oligarquias, como, por exemplo, a reforma agrária, pauta que não esteve presente no projeto dos 4Ps. Como um representante do DASD comentou em 2015: “Pantawid Pamilya não é uma pílula mágica que resolverá a pobreza e a fome no país. É um investimento em capital humano que tem como principal objetivo manter as crianças saudáveis e na escola, dessa forma assegurando a quebra no ciclo da pobreza e abrindo um futuro melhor.” (Official Gazette, 2015).

Nesse sentido, os programas de transferência de renda condicionada são muitas vezes utilizados como uma espécie de “cura para todos os males” da pobreza extrema, indicando uma “projetização” (CURRY, CADIOGAN e GIUGLIANO, 2013, p.2). O próprio Banco Mundial recebeu críticas por promover esse tipo de programa como simples adição de programas sociais a uma macroeconomia neoliberal, sem se preocupar em tentar redesenhá-la. (CURRY, CADIOGAN e GIUGLIANO, 2013, p.2). E, diante dessa crítica, reforçamos o quão forte foi a atuação do Banco Mundial em todo o processo, promovendo e difundindo o modelo por diversos países, sendo que, com seu apoio, grande parte da América Latina adotou programas similares, assim como boa parte da Ásia e, em menor quantidade, a África. O BM promoveu

conferências internacionais sobre o tema para que boas práticas fossem compartilhadas e fez diversos empréstimos aos programas.

## 5.2 Segurança Alimentar e Nutricional nas Filipinas

Como já foi mencionado as Filipinas se comprometeram a atingir os ODS, e o 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, está fortemente relacionado ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (BRIONES et al., 2017, p.6).

Diferente do caso de programa de transferência de renda, os esforços para Segurança Alimentar e Nutricional culminaram em uma descentralização de programas e, por este motivo, esta seção focará na análise de mais de um programa, ainda buscando responder as mesmas questões da seção anterior.

O Plano de Ação para Nutrição Filipino (PPAN) mais recente de 2017-2022, fala em 12 programas e 46 projetos como parte das ações do governo. Por esta grande quantidade, o presente trabalho buscou selecionar alguns para se aprofundar. A escolha envolveu os seguintes critérios: maior destaque em pesquisas acadêmicas e materiais de jornais e a possibilidade de identificar um maior nível de cooperação internacional.

Após apresentar um histórico de luta pela Segurança Alimentar, citaremos brevemente a revisão estratégica da FAO de 2017 (BRIONES et al., 2017), para mostrar a análise sobre posição atual das Filipinas frente a SAN. Citamos esse relatório pois a FAO é responsável por um grande número de investimentos e ações de CTI. Em seguida destacamos as viagens de comitivas Filipinas ao Brasil, eventos que marcam a cooperação entre os países e serviram de aprendizado e capacitação e alguns outros projetos pontuais de OIs nas Filipinas.

Por fim, abordaremos especificamente dos programas selecionados. Nosso foco é o *Partnership Against Poverty and Hunger* (PAPH), projeto desenvolvido por meio de uma missão de assistência técnica e, portanto, possível identificar mecanismos de difusão internacional de política. Em seguida, trataremos brevemente de um programa relacionado à alimentação escolar, o *School Based Feeding Program* (SBFP) que integra o Programa Nacional para Alimentação. E, por fim, nos dedicamos a um programa com objetivo de atingir a autossuficiência na produção de alimentos básicos, o *Food Staples Sufficiency Program* (FSSP).

### 5.2.1 Histórico

Galero, Steven So e Tiongco (2014) apresentam a evolução das políticas de agricultura dividindo-as em 4 períodos: as décadas de 1960-1980, que compreende período da revolução verde e forte atuação do setor público; anos 90, que trazem uma redução na participação do setor público; o período da crise financeira e de alimentos entre 2007-2008; e, por fim, o pós 2008, com o retorno da presença do poder público. As políticas são analisadas a partir de 5 focos: Políticas de preço; políticas para sementes; políticas relacionadas a fertilizantes; políticas de crédito; e políticas comerciais.

Durante os anos da Revolução Verde (anos 70) houve uma política de fixação de preços de fertilizantes e sementes, essa última que recebia subsídios diretos, enquanto a manufatura dos fertilizantes também era subsidiada. Houve expansão para facilidade de acesso ao crédito, e as importações sofreram restrições com barreiras tarifárias e não-tarifárias (Galero, So e Tiongco, 2014, p.5).

Neste cenário, houve a implementação do Programa Masagana 99 (M99). Durante a época da ditadura governada por Ferdinando Marcos (1965-1986) houve um rápido crescimento na produção agrícola ligado a revolução verde, e neste contexto as Filipinas atingiram a autossuficiência na produção de arroz por um breve período (Galero, So e Tiongco, 2014, p.4). Em grande parte, isso se deu por conta do programa M99, que utilizou sementes de alto-rendimento relacionadas a revolução verde, e proporcionou aumento no uso de fertilizantes e pesticidas, bem como melhora da irrigação e administração. Os objetivos do M99 foram desenvolvimento da agricultura, acelerar a recuperação dos fazendeiros de pragas e choques climáticos, facilitar o ajuste de custo do programa de reforma agrária e proteger fazendeiros da alta de preços de fertilizantes (Galero, So e Tiongco, 2014, p.5).

Isso aparece claramente no balanço do programa feito por Galero, So e Tiongco (2014): Com relação a pontos positivos listam a disponibilização de subsídio de fertilizantes e crédito para os fazendeiros, a garantia de isenção de taxas e impostos por parte do governo e a diminuição de custos. (Galero, So e Tiongco, 2014, p.5). Quanto as fraquezas, citamos altos custos para governo, a inadimplência de crédito em grande escala dos pequenos agricultores marginalizados, a baixa qualidade e quantidade de insumos agrícolas, que obrigou os agricultores a receberem grande crédito e baixa renda. Ao fim, os baixos estoques domésticos resultaram em aumento das importações. (Galero, So e Tiongco, 2014, p.5).

Nos anos 90-2000 os preços de fertilizantes passaram a ser dependentes do mercado e seu comércio foi desregulado. Foram adotadas sementes híbridas e isenção de impostos para usuários diretos. Nesta época os programas de subsídio de crédito foram encerrados e a política comercial promoveu proteção da indústria local por meio de políticas tarifárias e não tarifárias (Galero, So e Tiongco, 2014, p.5).

Um programa importante deste período foi o “Ato de Modernização da Agricultura e Pescaria” de 1997. Com objetivos, além de alcançar segurança alimentar, proporcionar uma diminuição da desigualdade social e pobreza, aumento da renda e lucro dos fazendeiros e pescadores, bem como promover competitividade global e sustentabilidade (Galero, So e Tiongco, 2014, p.5). As fraquezas do programa, contudo, se deram por conta da dificuldade dos fazendeiros em adotar as novas tecnologias e problemas relacionados a peste e sazonalidade do arroz.

Importante notar que ao longo destes anos houve tentativas de realizar uma reforma agrária, como foi demonstrado na seção anterior. A constituição Filipina demanda o Estado a promover a desenvolvimento rural e reforma agrária. contudo, as tentativas de implementar mudanças políticas estruturais como esta foram frustradas diversas vezes, e diversas reformas foram deixadas incompletas (V. BRUCE J. TOLENTINO. P.30-31).

Philippine governance has been unable to substantially implement a broad range of policy and institutional reforms necessary for long-term, sustainable growth and development. From the early 80s onwards, a wide-ranging agenda of reforms have been set but left unfinished. (V. BRUCE J. TOLENTINO. P.30-31)

## **5.2.2 Principais Programas e Projetos**

Trataremos agora dos programas contemporâneos compreendidos na última fase identificada por Galero, Steven So e Tiongco (2014), correspondente ao pós-crise de 2008.

### **5.2.2.1 Relatório de Revisão Estratégica da FAO**

Este relatório apresenta um panorama geral da situação do país frente a SAN. Ele atribui 8 razões pelas quais as Filipinas seguem em situação de insegurança alimentar, oferecendo também possíveis soluções a estes problemas.

Brevemente seriam: A incoerência política por conta da tentativa de atingir uma autossuficiência da produção de arroz acabou levando ao aumento dos preços internos, muito mais altos do que os internacionais; Um sistema alimentar ineficiente em logística, pouco

competitivo, com muito desperdício, dentre outros problemas e que, ao fim, resultam em inflação nos preços; os choques climáticos que afetam a vulnerável agricultura filipina e as famílias marginalizadas; Gap de planejamento, pois apesar do Plano de Ação Filipino para Nutrição ser um documento bem estruturado e com projetos bem formulados, não são traduzidos em planos chave para desenvolvimento; Gaps de governança e entrega, com uma estrutura não capaz de atender a demanda de um fenômeno multidimensional que envolve diversos desafios estruturais, como a SAN; Gap de implementação: existem diversos programas para lidar com a fome e má nutrição, mas faltam políticas para preveni-las; Falta de recursos proporcional a importância do tema; E, por fim, uma prestação de contas fraca, muito dispersa. (BRIONES et al., 2017, p.3-4)

Para corrigir estas questões o relatório fala sobre os seguintes pontos: necessidade de uma transição para política de comércio de arroz com menos restrições; necessidade de que o sistema alimentar seja desenvolvido em torno de acessibilidade, aumento da diversidade na dieta; expandir o papel do setor privado no sistema alimentar; organizar as prioridades do PPAN e outros planos setoriais; elevar e fortalecer o Conselho de Segurança Nutricional Nacional; Convergir, integrar e coordenar várias ações de agências e unidades de governo local; Estabelecer um sistema de prestação de contas baseado em indicadores de performance chaves; e, por fim, alavancar fundos públicos para mobilizar recursos do setor privado. (BRIONES et al., 2017, p.4-5).

#### **5.2.2.2 Cooperação Internacional**

Em 2013 uma comitiva Filipina veio ao Brasil estudar sobre alguns programas SAN e PTCs, patrocinados pelo PMA (HOWLET, RAMESH E SAGUIN, 2018, p.277). Nesta ocasião visitaram o Centro de Excelência Contra a Fome, Banco de Alimentos, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Central de Distribuição de Alimentos (Ceasa) do Distrito Federal.

Dentre os presentes na comitiva filipina tivemos os ministros do DASD Corazon Julianosoliman, e do Departamento de Reforma Agrária (Department of Agrarian Reform - DAR) Virgilio de Los Reyes e Rodora Babaran, a gerente do programa de transferência de renda filipino, além de outros representantes do governo (CONAB, 2013).



No Relatório do Centro de Excelência de 2013 é mencionada a visita a Central de Distribuição de Alimentos (Ceasa) do Distrito Federal, restaurantes comunitários e escolas com objetivo de entender a fundo o funcionamento e estratégia do programa Fome Zero (WFP, Relatório Anual, 2013, p.15).

Essa visita também é citada em documento do PMA sobre suas ações de apoio a iniciativas do governo Filipino para atingir SAN (2020). Afirmam que esta experiência é importante para que o país desenhasse projetos de combate a fome com inovações nas políticas, e que se tornou um guia para o suporte do PMA ao Enhanced Partnership Against Poverty and Hunger (EPAPH), abordado com mais detalhes nesta seção (WFP, 2020, p.2).

De acordo com o Centro de Excelência Contra Fome: “As Filipinas realizaram uma visita de estudo em 2013 e depois alocaram mais recursos a um programa de alimentação escolar feito em casa.” (Centro de Excelência contra a fome, 2013). Existe a possibilidade de haver algum vínculo entre esta visita e o programa SBFP (para além do vínculo com PAPH), que sofreu mudanças importantes no mesmo ano, contudo dentro dos limites desta pesquisa não foi possível encontrar documentos que sustentem esta hipótese.<sup>1</sup>

Na ocasião da visita a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) foi citada a possibilidade de um acordo técnico entre o governo filipino e a companhia para o repasse da expertise quanto a política agrícola, abastecimento e segurança alimentar (Conab, 2013, p.1). Contudo, não foi possível encontrar documentos posteriores que confirmassem a oficialização do acordo.<sup>2</sup> A Conab relata:

A comitiva demonstrou especial interesse nas questões relativas à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com destaque para a definição de preço dos produtos comercializados no Programa, e na forma como a companhia conduz a comunicação com o agricultor familiar. (Conab, 2013, p.1).

A visita ao Banco de Alimentos deixou a comitiva surpresa com a eficiência do programa: “Para Corazon Juliano-Soliman, Hon. Secretaria do Departamento de Desenvolvimento Social, os programas do Banco de Alimentos proporcionam benefícios para toda a sociedade” (Central de Abastecimento do Distrito Federal, 2013).

---

<sup>1</sup> O Centro de Excelência Contra Fome foi contactado na tentativa de obter mais informações acerca da visita, contudo, em sua resposta informou que não possuía nenhum documento para compartilhar.

<sup>2</sup> CONAB também foi contactada, contudo a resposta também foi que não havia nenhum documento adicional para compartilhar.

Por fim, no Consea também a delegação Filipina, buscando entender o funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa de Alimentação Escolar (Ceasa, 2013). O ex-funcionário do conselho Edécio Vigana afirmou que o CONSEA busca mostrar às delegações estrangeiras a importância da sociedade civil para o funcionamento de todo o projeto a partir do poder de representação (Ceasa, 2013).

Também é importante mencionar os diversos acordos de assistência técnica e financeira prestados por OIs. Nos sites oficiais do PMA, ADB e FAO, encontramos o registro de diversos projetos de cooperação com múltiplos objetivos, incluindo inúmeros focados em Segurança Alimentar e Nutricional.

Nos sites podemos ver desde o desenvolvimento de projetos para agricultura como o aprovado em 2013 pelo ADB *Climate Resilience and Green Growth in Critical Watersheds*<sup>3</sup>, até projetos de emergência para áreas afetadas por desastres naturais, como por exemplo o *Philippines, Immediate Response To People Affected By Typhoon Hagupit*<sup>4</sup> do PMA, que ofereceu empréstimo de 999,994 dólares, além de assistência técnica.

O documento da FAO (BRIONES et al., 2017) cita brevemente alguns programas em parceria com OIs, como o *Participatory Irrigation Development Project* do BM, que busca apoiar segurança alimentar e produção de alimentos pelo fortalecimento dos institutos de irrigação (BRIONES et al., 2017, p.42).

### 5.2.2.3 Partnership Against Poverty and Hunger

Um dos pontos apresentado no documento de revisão estratégia da FAO (BRIONES et al., 2017) foi o “sistema alimentar responsivo”, ou seja, um sistema que promove segurança alimentar por meio de sua produção e ações de marketing que promovam o consumo de alimentos nutritivos e tornem a agricultura comercialmente viável para os agricultores, de forma que sintam-se mais seguros para aumentar a produção (BRIONES et al., 2017, p.64).

Uma forma de estabelecer este tipo de resposta rapidamente é tornar os pequenos agricultores, fornecedores de alimentos diretos para os programas de nutrição (BRIONES et al., 2017, p.64).

---

<sup>3</sup> Disponível em <<https://www.adb.org/projects/country/phi>>

<sup>4</sup> Disponível em <<https://www.wfp.org/operations?f%5B0%5D=country%3A2058>>

O documento afirma que essa é a estratégia do modelo brasileiro, que busca convergência entre agricultura, segurança alimentar e nutrição (BRIONES et al., 2017, p.64).

O relatório cita o projeto piloto *Partership Agaist Hunger and Poverty*, que demonstra a possibilidade de utilizar este tipo de modelo brasileiro nas Filipinas (BRIONES et al., 2017, p.64). Daremos destaque para este programa, pois foi o único que, nos limites desta pesquisa, foi possível identificar a transferência internacional de instrumentos entre dois países no campo da Segurança Alimentar (Brasil para Filipinas).

#### **5.2.2.3.1 Funcionamento e Objetivos do Programa**

O PAHP foi implementado em 2014 e envolveu três órgãos internos: o DASD, Departamento de Agricultura e o Departamento de Reforma Agraria. Além disso, ele contou com a cooperação da FAO, PMA e do Governo brasileiro, tendo o Centro de Excelência contra Fome (CRUZ, 2015, p.3-4).

Os principais objetivos são eliminação total da fome, garantir a segurança alimentar e reduzir a pobreza (CURZ, 2015, p.6). Para isso o desenho do programa procura a convergência e sinergia entre os programas do DASD, do DAR e os do Departamento da Agricultura, ao passo que ocorre apoio a outros programas de alimentação do governo como SBFP (CRUZ, 2015, p.6).

O programa piloto cobriu três regiões e funcionou de forma que o DAR apoiou os programas de serviço, envolvendo logística de equipamentos, por exemplo; o DASD coordenou os programas de suplemento alimentar, envolvendo 1444 crianças; e, por fim, o Departamento de Agricultura coordenou a produção de alimentos para o programa, que envolveu 50 famílias (CRUZ, 2015, p.13-26).

#### **5.2.2.3.2 Dinâmicas da transferência**

Como já comentado, em junho de 2013 uma comitiva Filipina viajou ao Brasil com patrocínio do PMA para estudar programas de SAN e PTC. Em dezembro do mesmo ano, uma comitiva Brasileira prestou assistência técnica para formação do PAPH (CRUZ, 2015, p.3-4).

O projeto contou com cooperação da FAO, que promoveu assistência técnica para desenvolvimento da produção agrícola e gestão de recursos; do PMA, que deu apoio às questões envolvendo subnutrição infantil; e do Governo brasileiro, tendo o Centro de Excelência contra

Fome promovido assistência técnica e compartilhamento de experiências a partir do programa Fome Zero (CRUZ, 2015, p.3-4).

Entre os dias 9-13 de dezembro de 2013, ocorreu a Missão de Assistência Técnica com o Brasil, que buscou avaliar o desenho e implementação do PAHP (CRUZ, 2015, p.7). Para o refinamento das recomendações técnicas do Brasil, houve uma reunião com FAO e PMA, que complementam a discussão (CRUZ, 2015, p.1). No dia 12 de dezembro, a reunião foi encerrada com a fala de Milton Rondó, ministro brasileiro; Rodrigue Vinet, Representante da FAO; Praveen Agrawal, representante do PMA; Corazon Juliano Soliman, Secretário do DASD; e Virgilio Delos Reyes, secretário do DAR (CRUZ, 2015, p.11).

Ao fim desse processo a declaração de intenções para o programa piloto de 3 anos compreendeu a necessidade de suporte nos seguintes pontos: Projeto de Serviços de Extensão Rural, Crédito e Seguro para Pequenos Produtores e Famílias de Agricultores; Programa de Alimentação, Modalidades de Compra de Alimentos e Gestão do Centro Alimentar Comunitário; Metodologias e Estrutura de Monitoramento e Avaliação; Desenho de Políticas Públicas e Atividades de Acompanhamento (CUZ, 2015, p.12).

### **5.2.2.3.3 Resultados**

O documento da FAO apresenta uma das áreas piloto como o terceiro distrito de *Camarines Sur*, como caso que demonstrou certo sucesso (BRIONES et al., 2017, p.64). A análise aponta que houve maior rendimento agrícola na região e maior estabilidade no fornecimento de alimentos para creches, mas os impactos climáticos gerados pelo El Niño frearam um melhor desempenho do programa (BRIONES et al., 2017, p.64).

Apesar deste limitante o documento entende que a maioria dos objetivos foram alcançados, e isso se deve em grande parte ao apoio dos parceiros citados, dos governos locais e do setor privado (BRIONES et al., 2017, p.64).

Este primeiro piloto ocorreu entre 2016-2018, e já em 2019 foi assinado o Enhanced Partnership Against Hunger and Poverty (TESDA, 2019). Esta ação se enquadra no Plano de desenvolvimento Filipino de 2017-2022.

O Landbank (Banco do Governo Filipino) se juntou oficialmente ao EPAHP em 2019 e tem a tarefa de fornecer suporte de crédito para organizações comunitárias para produção alimentar, processamento e marketing, consistente com estímulo ao desenvolvimento inclusivo e

sustentável em comunidades rurais e áreas marginalizadas (LANDBANK, 2019, p.1). O Landbank estenderá a assistência de crédito para diversas organizações elegíveis como: cooperativas, organizações beneficiárias da reforma agrária, associações de pequenos sistemas de captação de água, associações de irrigantes, grupos de pais de creches, associações de pequenos agricultores, organizações de pescadores e organizações populares, entre outros (LANDBANK, 2019, p.1).

Em dezembro de 2019 agências governamentais buscaram assinar um memorando de acordo para o programa, que busca firmar um framework que ajudaria a “mitigar a fome, garantir segurança alimentar e nutricional e reduzir a pobreza das comunidades marginalizadas urbana e rural” (Tradução própria: PMA, 2020, p.2). A FAO e PMA foram convidados para esta assinatura como testemunhas, por conta de sua expertise no campo (PMA, 2020, p.2).

O documento do PMA afirma que em conjunto com a FAO, e na posição de conselheiros, fornecerão assistência técnica na concepção de serviços de extensão rural, crédito para pequenos agricultores, programas de alimentação, compras e gerenciamento de centro comunitário, monitoração e avaliação de metodologia e do design de política (PMA, 2020, p.3).

#### **5.2.2.4 National Feeding Program**

Em 2017, o ato número 11.037 sobre nutrição infantil foi aprovado no congresso Filipino. Este ato institucionalizou um programa Nacional de Alimentação para crianças subnutridas em creches e escolas, com o objetivo de combater a fome no país (FAOLEX Database, 2017). Em reconhecimento a relação que boa alimentação tem com a capacidade dos estudantes aprender, o programa foi introduzido a nível nacional, e esse possui os seguintes componentes: a) Supplemental Feeding Programme para crianças de três a cinco anos em creches; b) School-Based Feeding Programme para crianças subnutridas em escolas públicas; c) Programas de alimentação com leite d) Suplementos de micronutrientes; e) Exames de saúde, vacinação; f) Gulayan sa Paaralan encoraja criação de hortas para cultivo de vegetais utilizados na alimentação escola; g) Água, saneamento e higiene; h) Integração entre sistema de Nutrição, educação, transformação comportamental e mobilização social (FAOLEX Database, FAO, 2017).

Trataremos brevemente de um desses programas, o School Based Feeding Program, um dos mais antigos e que teve suporte do PMA para sua implementação.

#### **5.2.2.4.1 Funcionamento e Objetivos do Programa**

O SBFP do DepED, oferece comida para crianças severamente desnutridas (com peso e altura abaixo dos padrões definidos pela Organização Mundial da Saúde (ALBERT, TABUNDA e AGDEPPA, 2016, p.4) e são escolhidos com base na avaliação nutricional básica do ano letivo atual (LLEGO, 2019, p.2)

Para atingir seus objetivos a alimentação deve ser fornecida por um período de pelo menos 120 dias, e inicia entre junho e julho de cada ano (LLEGO, 2019, p.3). O objetivo do SBFP é reabilitar os beneficiários ao status normal de nutrição ao final do período em que o programa é administrado, aumentar a presença escolar para 85%; conduzir atividades diárias sobre escovação do dente e lavar as mãos; promover informação sobre saúde e nutrição; e encorajar programa de hortas em escolas (LLEGO, 2019, p.4).

#### **5.2.2.4.2 Dinâmicas e Cooperação**

O SBFP tem raízes em um programa de 1997 chamado Breakfast Feeding program, que possuía o objetivo de aliviar a “fome de curto prazo” em crianças de escola pública (ALBERT, TABUNDA e AGDEPPA, 2016, p.4).

Em uma fase posterior, entre os anos 2008-2009, o programa mudou para lidar com a subnutrição de crianças matriculadas no primário de escolas públicas. Foi entre 2012-2013 que ganhou o nome de School-Based Feeding Program e passou a não se limitar mais ao café da manhã (ALBERT, TABUNDA e AGDEPPA, 2016, p.4). Nesta época já passava a ser conduzido em escolas por um período de 120 dias, e para sua implementação as escolas envolveram pais voluntários na preparação da comida (ALBERT, TABUNDA e AGDEPPA, 2016, p.4-6).

Tanto a quantidade de dias, quanto de calorias (300) é inferior à oferecida por programas similares em outros países em desenvolvimento, que possuem uma média de 180 dias e alguns programas chegam a oferecer 876 calorias (ALBERT, TABUNDA e AGDEPPA, 2016, p.6).

Entre 2013-2014, foram selecionadas 814 escolas, mas a distribuição de beneficiários foi desigual entre regiões e escolas, sendo que a maioria dos beneficiários (65.7%) estão localizados em áreas rurais (ALBERT, TABUNDA e AGDEPPA, 2016, p.9).

Em 2017, programa ganhou uma nova edição que se estenderá até 2022, incorporada a lógica do PPA. Foi neste contexto que o Programa Mundial de Alimentos prestou apoio técnico e financeiro ao Departamento de Educação (DepEd) na implementação das regulações da lei 11037, após sua aprovação (PMA, 2020).

#### **5.2.2.4.3 Resultados**

Com relação aos principais resultados sobre nutrição da primeira fase do programa entre 2013-2014, temos: ao final do programa 62% dos beneficiários identificados previamente como severamente desnutridos, obtiveram resultados de nutrição normal. (ALBERT, TABUNDA e AGDEPPA, 2016, p.21). Importante notar, porém, que não foi possível manter estes ganhos nutricionais, sendo que muitos regrediram de estágio cerca de um ano após programa (ALBERT, TABUNDA e AGDEPPA, 2016, p.24). Isto sugere a necessidade de continuar provendo alimentação para além dos 100 a 120 dias do ciclo e, paralelamente, introduzir outras políticas públicas que possibilitem melhor níveis de nutrição para as famílias afetadas (ALBERT, TABUNDA e AGDEPPA, 2016, p.24).

Outro ponto relevante foi a contribuição do programa para melhorar a frequência de presença das crianças nas escolas e implementar mudanças de cultura e ensino como, por exemplo, a importância de lavar as mãos (ALBERT, TABUNDA e AGDEPPA, 2016, p.23).

#### **5.2.2.5 Food Staples Sufficiency Program**

Como vimos as Filipinas têm um longo histórico de luta para alcançar autossuficiência de alimentos básicos, principalmente arroz, tendo alcançado brevemente este status nos anos 70. Por isto, selecionamos para apresentar o maior programa contemporâneo do país com este objetivo.

O FSSP é voltado para agricultura e se posiciona na última fase de Galero, So e Tiongco (2014, p.4) configurada no pós-crise de 2008. Os autores afirmam que o principal objetivo do governo neste período passou a ser a auto suficiência, a qual seria atingida ao diminuir a dependência de importação de alimentos e aumentar a produção interna, promovendo ao mesmo tempo quantidade e preços acessíveis (GALERO, SO e TIONGCO 2014, p.4)

O governo decidiu priorizar em primeiro momento o que já estava disponível e era acessível para agricultores, por meio da melhora na produção de fertilizante orgânico, aumento de investimento em pequenos projetos de irrigação e promoveram a eliminação de subsídio direto para sementes (GALERO, SO e TIONGCO, 2014, p.4-5).

#### **5.2.2.5.1 Funcionamento e Objetivos do Programa**

O FSSP lançado em 2012 busca fornecer orientação para atingir a suficiência na produção nacional de alimentos básicos e aumentar a competitividade com mercados externos (BRIONES et al., 2017, p.36). Essa pauta tornou-se ainda mais relevante para o país após os grandes picos nos preços de alimentos durante a crise de 2008 e entre também nos anos 2011-2012 (MAMIIT, 2016, p.13). Das diversas commodities cobertas pelo FSSP o relatório da FAO destaca, para além do arroz, o trigo, côco, pescaria, pecuária e avicultura (BRIONES et al., 2017, p.36-37).

Inicialmente o programa visava atingir a autossuficiência até 2017, contudo foi necessário reajustar a meta para 2022 em paralelo ao PPAN (BRIONES et al., 2017, p.36). Especificamente sobre as medidas relacionadas ao arroz, a principal estratégia é a expansão da produção, por meio do aumento da área de plantio, mas, além disso, o programa adota também: desenvolvimento e manutenção de sistemas de irrigação; promove plantio precoce; aumento do acesso para sementes de qualidade e práticas de gerenciamento de culturas integrada; aumento da eficácia; promoção de mecanização das operações e pós colheita; apoiar adaptações ao clima; fornece incentivos, como por exemplo, políticas comerciais; aquisição e expansão do acesso a crédito e seguro; e gerenciar o consumo de alimentos básicos, diversificando escolhas alimentares e reduzindo desperdícios (BRIONES et al., 2017, p.36).

#### **5.2.2.5.2 Dinâmicas de Cooperação**

Como parte das medidas para o programa houve uma colaboração com a FAO em 2016 para desenvolver e testar uma variedade de arroz conhecida como “Green Super Rice”, que seria resistente a mudanças climáticas (MAMIIT, 2016, p.23). Além disso, em parceria com o Instituto Internacional de Investigação de Arroz (International Rice Research Institute – IRRI), houve um projeto que buscava maior produtividade e variedade de arroz produzido pelas Filipinas (MAMIIT, 2016, p.23).



O instituto também participou como colaborador da implementação de ferramentas de apoio à decisão baseadas em computador para ajudar os agricultores a administrar o suprimento de nutrientes e infestações de pragas e insetos (MAMIIT, 2016, p.24).

#### **5.2.2.5.3 Resultados**

Apesar dos esforços, este tipo de programa sofreu diversas críticas. A revisão estratégica da FAO (2017), como apresentado, atribui o aumento dos preços internos de alimentos acima dos internacionais a incoerência política por conta da tentativa de atingir uma autossuficiência da produção. (BRIONES et al., 2017, p.3-4).

Análise de Esteban sobre o FSSP em 2015 já mostrava a improbabilidade de que seus objetivos seriam cumpridos no tempo prometido (ESTEBAN, 2015, p.81). Já a recomendação de Wiedemann é que este objetivo seja abandonado, para que os investimentos sejam mais bem direcionados e o país atinja a SAN:

I recommend that proponents of food sovereignty consider the challenges the Philippines will have in maintaining this concept. While the concept is ideal, it is not practical, and will threaten the state of the country's agricultural sustainability. The Philippines will have to depend on food imports, and therefore depend on the international trade market. I recommend that the Philippines lower its goals to achieve absolute national staple food self-sufficiency (WIEDEMANN, 2015, p.97).

### **5.2.3 Conclusões sobre Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional nas Filipinas**

Apresentamos diversos esforços das Filipinas para atingir a Segurança Alimentar e Nutricional e buscamos extrair algumas conclusões gerais. Primeiro, com relação aos resultados dessas políticas, entendemos que ainda existe um longo caminho a ser percorrido. Como o documento de revisão estratégica da FAO (2017) apontou, a situação de SAN no país segue com diversos problemas, e o Relatório Global de Nutrição de 2020 mostrou que as Filipinas têm grande dificuldade para obter progresso em todos os objetivos globais de nutrição (Global Nutrition Report, 2020).

Em 2017 ocorreram diversas mudanças relevantes, com a reformulação de políticas, colocando em prática novos programas e projetos por meio do Plano de Ação para Nutrição Filipino 2017-2022, a lei de Programas Alimentar Nacional, que parece tentar reorganizar o sistema Alimentar. Além disso, como foi demonstrado, houve grande envolvimento de CTI com OIs em diversos projetos.

Com relação ao processo de transferência da política para o sistema de SAN de uma forma geral, podemos traçar algumas breves conclusões. Os mecanismos de cooperação de capacitação são os mais facilmente identificados, presentes em diversos momentos a partir dos empréstimos e acordos de cooperação técnica com a participação de diversas Organizações Internacionais como FAO, PMA, ADB e Instituto Internacional de Investigação de Arroz, além, é claro, do Brasil, que ofereceu cooperação técnica e capacitação por meio das visitas realizadas.

O mecanismo de indução também pode ser detectado através da forte participação destas OIs e diversos relatórios citados ao longo do trabalho, e também do patrocínio do PMA na viagem realizada ao Brasil que incluiu a presença de membros da organização (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.277). Por meio dessa viagem, e mais tarde da visita de brasileiros para formulação do PAPH, com envolvimento da FAO e PMA, nos permite verificar os mecanismos de Networking e Rastreamento Externo, pois esses acontecimentos apresentaram a construção de relação com importantes agentes que prestaram assistência técnica, além da equipe se familiarizar com novos processos e ferramentas.

Gostaríamos de destacar mais alguns fatores de grande relevância em todo processo: Além das OIs já citadas, principalmente a FAO que esteve presente em quase todos os processos descritos, salientamos, novamente, a grande atuação do Brasil como difusor de boas práticas na área de políticas de SAN, apresentado como exemplo em documento da FAO (2017) e participando de importantes ações de cooperação com as Filipinas.

Além disso, internamente muitos os departamentos tiveram papel de suma importância na adoção dos programas. Damos destaque aqui ao DepEd, DAR e o DASD os mais fortemente envolvidos nos programas apresentados.

## **6. COMPARAÇÃO ENTRE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Identificamos grandes diferenças entre programa Filipinos de combate à pobreza e de SAN: Primeiro, ao passo que é possível identificar que o PTC foi formulado a nível nacional “com o 4Ps claramente se tornando o programa central até 2012, quando todos os outros programas convergiram para ele” (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.272), os programas de SAN foram descentralizados, resultando em um sistema formado por diversos programas e projetos

com diferentes focos, e que amarrados pelo Plano de Ação para Nutrição se complementam para atingir o objetivo final de Segurança Alimentar e Nutricional e autonomia na produção.

Enquanto no PTC vemos a clara inspiração nos programas Brasileiro, Colombiano e Mexicano (HOWLET, RAMESH e SAGUIN, 2018, p.273), não foi possível fazer uma ligação direta como essa para o caso dos programas de Segurança Alimentar analisados, com exceção do PAPH, no qual houve clara a influência das experiências brasileiras por sua presença na Missão de Assistência Técnica. Como foi descrito em seções anteriores, identificamos uma visita ao Brasil em 2013 buscando aprender sobre programas de SAN, mas não foi possível identificar que programas receberam influência desse evento.

Isso, contudo, não quer dizer que não houve influência externa na adoção dos programas de SAN analisados, o que deixamos claro mediante as diversas interferências de OIs nos programas através de financiamento, extensa produção de relatórios e acordos para projetos técnicos.

Essa forte presença de OIs, tanto por meio de empréstimos quanto de assistência técnica foi facilmente identificado também nos 4Ps. O ADB financia projetos para os dois tipos de programas estudados, enquanto a FAO e PMA atuaram fortemente nos de Segurança Alimentar oferecendo auxílio técnico e empréstimos, enquanto o BM e a Ausid exerceram este mesmo papel para os PTCs.

Também destacamos o papel do DASD para ambos os processos. Ficou claro que a reformulação deste departamento na época de implementação dos 4Ps foi de extrema importância para sua implementação. Ademais, DASD também teve grande impacto na implementação do PAPH, participando das viagens ao Brasil juntamente com representantes de outros departamentos igualmente relevantes para desenvolvimento do PAPH e outros programas, sendo estes o Departamento da Reforma Agrária e o Departamento da Agricultura.

Reforçamos o destaque para o Brasil que teve participação e influência para ambos os tipos de política, oferecendo troca de experiências a partir de seus próprios programas internacionalmente reconhecidos.

Para ilustrar e comparar todo o processo descrito ao longo do trabalho apresentamos uma imagem que contém duas linhas do tempo (Imagem 1: Comparação de linhas do tempo) para nos ajudar a retomar e visualizar todos os pontos tratados. Cada uma se refere a um dos tipos de programa e foram formuladas a partir os acontecimentos mais relevantes de cooperação

internacional e marcos de oficialização e mudanças dos programas comentados ao longo do trabalho.

O ano de 2013 apresenta pontos importantes e uma observação com relação a esse merece destaque: ao passo que o 4Ps já estava oficializado e o país recebia eventos internacionais sobre o tópico, diversas iniciativas e ações para SAN ainda estavam em formação. Entendemos, portanto, que este último equivale a políticas mais recentes e ainda em fase de adaptação.



Imagem 1: Comparação de linhas do tempo

Por fim, para outra ilustração e comparação das observações realizadas sobre a difusão internacional de políticas retomamos a tabela do modelo de Marsh e Dollowitz (Imagem 2: Modelo Marsh e Dollowitz – Caso Filipino) e percebemos que é possível visualizar diversas intersecções.

Para sintetizar, foram transferidos diversos instrumentos de política e experiências externas de forma voluntária, mas contaram com forte influência de OIs. Foi possível identificar este processo e seus mecanismos por meio de visitas técnicas, artigos acadêmicos e da mídia, além de relatórios de órgãos internos e de OIs.

A maior diferença encontra-se no nível da transferência: Enquanto entendemos que no PTC o 4Ps teve um caso de Síntese, conforme conceito de Richard Rose (DOLOWITZ E MARSH 2000, p.13), ou seja, foram tomados elementos de vários programas - México, Brasil e Colômbia - para construir o 4Ps, os de SAN possuem, como já citada, a dificuldade na identificação da transferência.

| 4Ps<br>(2007-Atualmente)  | Programas de SAN<br>(2008-Atualmente)  |
|---|--|
| Por que transferir?   |  |
| Lesson Drawing<br>Com forte influência do Banco Mundial   | Lesson Drawing<br>Com forte influência da FAO e PMA  |
| Quem está envolvido na transferência  |  |
| Países: Brasil, México e Colômbia<br>Ois: Banco Mundial, ADB, Ausid,<br>Órgãos Internos: DASD<br>Consultores Internacionais | Países: Brasil<br>Ois: : FAO; PMA; PNUD; ADB; Centro de Excelência<br>Contra Fome<br>Órgãos Internos: DASD e DAR<br>Consultores Internacionais |
| Mecanismos de Transferência   |  |
| Construção; Renovação Política,<br>Indução, Cooperação, Capacitação,<br>Networking  | Construção; Indução, Cooperação,<br>Capacitação, Networking,<br>Rastreamento Externo   |
| O que foi envolvido na transferência  |  |
| Instrumentos de programas de<br>Transferência de renda Condicionada<br>(Oportunidades e Bolsa Família)                      | Instrumentos de programas de<br>Segurança Alimentar (do sistema<br>brasileiro)   |
| De onde?  |  |
| Brasil, México e Colômbia e<br>Organizações Internacionais  | Brasil e Organizações Internacionais   |
| Níveis de transferência   |  |
| Síntese   | Inspiração   |
| Como a transferência foi demonstrada  |  |
| Mídia, visitas oficiais e técnicas,<br>relatórios nacionais e de OIS  | Mídia, visitas oficiais e técnicas,<br>relatórios nacionais e de OIS   |

Imagem 2: Modelo Marsh e Dollowitz - Caso Filipino

Contudo, entendemos que a maior probabilidade é desse processo tratar-se de um caso de inspiração, ou seja, diferentes programas foram estímulos para desenvolver o sistema atual, sem que houvesse paralelo com os anteriores (DOLOWITZ E MARSH 2000, p.13). É necessário, contudo, uma investigação mais profunda para compreender se existem outros vestígios que este trabalho não pode identificar a partir de suas limitações.

## 7. CONCLUSÃO

Este estudo buscou compreender e comparar as políticas desenvolvidas pelas Filipinas no combate à extrema pobreza, que levaram a adoção de um PTC, e à fome, que levou a construção de diversos programas voltados a SAN. Para isso analisamos os projetos de cooperação realizados, além de prestar atenção aos processos de Difusão Internacional de Políticas.

Ao longo de todo o processo percebemos como a CSS com os países latino-americanos foi de extrema importância para o projeto, o influenciado em diversos aspectos. A cooperação por meio de empréstimos e ajuda técnica com diversas OIs, como já citado muitas vezes (BM, ADB, Ausid, FAO e o PMA), fizeram com que os projetos ganhassem força, velocidade e credibilidade interna e externamente.

Dessa forma, entendemos que não se deve esquecer ou subestimar a relevância e potencial que a cooperação pode apresentar aos governos para o desenvolvimento de projetos de políticas públicas e como a troca de experiência pode levar a projetos bem-sucedidos com impactos positivos para a população.

Contudo, há ainda um longo caminho para avançar no campo da CSS, pois essa ainda encontra-se muito presa aos espaços tradicionais ligados às OIS. Este fato foi ilustrado neste trabalho através da forte influência que as OIs tiveram, inclusive sendo as mesmas que incentivaram e a CSS com países latino-americanos.

Yes, economic and Knowledge exchanges between Southern nations are still far from their potential and are largely undertaken through northern formal channels, as in the case of CCT programs, via the World Bank and the ADB (2013. P.3).

Dedicamos também um espaço para críticas da falta de políticas para mudanças de caráter estrutural, como aquelas direcionadas ao BM, por promover esse tipo de programas como simples adição de políticas sociais a macroeconomia neoliberal existente, sem se preocupar em tentar redesenhá-las (CURRY, CADIOGAN e GIUGLIANO, 2013, p.2).

Gostaríamos de reforçar a importante participação do Brasil como inspiração e recomendação nos programas tanto no campo dos PTCs, quanto de SAN. Este caso nos ajudou a ilustrar e compreender o papel de protagonista que o país desempenhou no sistema internacional como modelo de políticas sociais. Escrevemos isso, contudo, em um momento no qual estas políticas estão sob ataque. Desde o governo Michel Temer (2016-2018) e de maneira aprofundada pelo governo Bolsonaro (2019-atualmente) foi promovido um desmonte das políticas de SAN e de assistência social (MELITO, 2020, p.1), por meio, por exemplo, da extinção do CONSEA

(HAJE, 2019, p.1) conselho que chegou a receber a delegação Filipina em 2013. Em 2020, 14 milhões de famílias se encontram abaixo da linha da extrema pobreza, e no mesmo ano o chefe do escritório do PMA, Daniel Balaban e o ex-diretor da FAO Jose Grazino, afirmaram que o Brasil retorna ao mapa da fome (Estadão conteúdo, 2020, p.1 e MELITO, 2020, p.1).

As Filipinas parecem enfrentar problemas similares aos brasileiros e, apesar de não terem sofrido um desmonte de políticas sociais no mesmo nível, tem o atual presidente Rodrigo Duterte, comparado a Bolsonaro pela mídia, representante da extrema direita, colocando militares em posições políticas, ameaça instituições democráticas e defende uma economia neoliberal, que já gerou crescimento de empregos em situação precárias e sem proteção social (SUDRÉ, 2020, p.3-5).

Não podemos negar que ainda há um longo caminho para que os programas Filipinos alcancem seus objetivos: ainda temos 19.8% da população abaixo da linha da pobreza segundo BM e, como apresentado, pelo relatório global de nutrição ainda houve pouco progresso na área de SAN. É inegável, contudo, que estes programas mostraram impactos positivos e seguem necessários para o alívio da extrema pobreza, em conjunto com novas políticas.

Ainda há muito para ser explorado, e novas pesquisas se fazem necessárias dentro dos campos de cooperação e difusão internacional de políticas públicas. O caso Filipino, principalmente no campo de SAN, mas bem como diversos outros campos, ainda possui muito para ser analisado.

## Bibliografia:

Acosta, Pablo; Avalos, Jorge e Zapanta, Arianna. Pantawid Pamilya 2017 Assessment: An Update of the Philippine Conditional Cash Transfer's Implementation Performance. Banco Mundial, Philippine Social Protection Note, NO.18, 2019.

Asian Development Bank. About ADB. Disponível em < <https://www.adb.org/who-we-are/about>> Acesso em 05/01/2021

Asian Development Bank. Projects. Disponível em <<https://www.adb.org/projects/country/phi>> Acesso em janeiro de 2021

AYLLÓN, BRUNO. O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. Revista de Economia & Relações Internacionais. Fundação Armando Alvares Penteado, v.5, n.8, p.5-23, jan. 2006.

Braga, Juliana. Bolsa Família gerou 28% da queda da extrema pobreza, diz governo. G1, Brasília, 2013. Disponível em< <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/bolsa-familia-reduziu-28-da-extrema-pobreza-diz-governo.html>> Acessado em dezembro 2020.

CAMPELLO, Tereza e NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania. IPEA, Brasília, 2013.

Centro de Excelência contra fome, 2013. Disponível em: <<https://centrodeexcelencia.org.br/wfp-centre-excellences-support-asian-countries/>> Acessado em dezembro de 2020.

Central de abastecimento do distrito federal. Governo das Filipinas visita Banco de Alimentos, 2013. Disponível em: <<http://www.ceasa.df.gov.br/governo-das-filipinas-visita-banco-de-alimentos/>> Acessado em dezembro de 2020.

Chaudhury, Nazmul e Okamura, Yuko. Conditional Cash Transfers and School Enrollment: Impact of the Conditional Cash Transfer Program in the Philippines. Banco Mundial, Philippine Social Protection Note, NO.6, 2012

CONAB. Filipinas visita Conab para troca de experiência em abastecimento e segurança alimentar. 2013. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/332-filipinas-visita-conab-para-troca-de-experiencia-em-abastecimento-e-seguranca-alimentar-20130611>> Acessado em dezembro de 2020.

Consea. Delegação da República das Filipinas visita o Consea, 2013. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2013/junho/delegacao-da-republica-das-filipinas-visita-o-consea>> Acessado em dezembro de 2020.

Cruz, Lawrence. Partnership Against Hunger and Poverty (PAHP): “Fighting Hunger Through Partnerships”. 2015

Curry, Mark Stevenson; Cadiogan, Airah Tauli e Giugliano, Rogério Gimenes. Brazil's Bolsa Familia and the Philippines' “4Ps” CCT Programs: Considering South–South Cooperation for Social Protection. Asia-Pacific Social Science Review 13:1, 2013, p.1-15.

DASD - Department of Social Welfare and Development. Program Implementation Status Report. 2 nd Quarter of 2018.

DOLOWITZ, D. P.; MARSH, D. Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making. **Governance**, v. 13, n. 1, p.5–23, jan. 2000.



Estadão. Brasil está voltando ao mapa da fome, diz diretor da ON. Maio de 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-esta-voltando-ao-mapa-da-fome-diz-diretor-da-onu/#:~:text=Economista%20estima%20que%20quase%2014,at%C3%A9%20o%20fim%20de%202020&text=Com%20a%20pandemia%20de%20coronav%C3%ADrus,voltar%20ao%20Mapa%20da%20Fome.&text=O%20total%20chegaria%20a%20quase,segundo%20estudos%20do%20Banco%20Mundial.>> Acessado em janeiro de 2021.

Esteban, Shienna Marie G. Achieving Food Security: Policy Lessons from the Philippines. OIDA International Journal of Sustainable Development. 2015

FAO. FAOLEX Database – Philippines: Republic Act No. 11037 on Child Nutrition. 2017. Disponível em <http://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC178929/#:~:text=Republic%20Act%20No.,11037%20on%20Child%20Nutrition.&text=This%20Child%20Nutrition%20Act%2C%20consisting,Hunger%20and%20Undernutrition%20in%20Philippines>> Acessado em janeiro de 2021.

FAO, IFAD and WFP. 2013. The State of Food Insecurity in the World 2013. The multiple dimensions of food security. Rome: FAO.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. Projetos. Disponível em <http://www.fao.org/philippines/programmes-and-projects/es/>> Acesso em Janeiro de 2021

Food and Agriculture Organization of the United Nations. About FAO. Disponível em <http://www.fao.org/about/en/>> Acesso em Janeiro de 2021

FARIA, C. A. P. DE. As organizações internacionais como difusoras de políticas públicas. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 7, n. 13, p.29–49, 7 set. 2018.

Fernandez, Luisa e Olfindo, Rosechin. Overview of the Philippines’ Conditional Cash Transfer Program: The Pantawid Pamilyang Pilipino Program (Pantawid Pamilya). Banco Mundial, Philippine Social Protection Note, NO.2, 2011

Fiszbein, Ariel e Schandy, Nobert. Conditional Cash Transfer: Reducing Present and Future Poverty. The World Bank: Washington, D.C., 2009.

Galero, Sealtiel; So, Steven e Tiongco, Marites. Food Security versus Rice Self-Sufficiency: Policy Lessons from the Philippines. Presented at the DLSU Research Congress 2014 De La Salle University, Manila, Philippines March 6-8, 2014.

GERRING, J. What Is a Case Study and What Is It Good for? The American Political Science Review, v. 98, n. 2, p.341–354, 2004.

GOV.PH, About The Government, Disponível em <https://www.gov.ph/pt/philippine-government>> consultado em janeiro de 2021.

Haje, Lara - Agência Câmara de Notícias. Extinto pelo governo, Consea é essencial para combate à fome, diz Nações Unidas. 2019. Disponível em: < elo > Acessado em janeiro de 2021.

Hayakawa, Motoky; Bink, Rogier J. E. e Posarac, Aleksandra. “Why Does the Conditional Cash Transfer Program Matter in the Philippines?” WBG, Philippine Social Protection Note, NO.7, 2015

Howlett, Michael; Ramesh, M; Saguin, Kidjie. Difusão dos PTCs da América Latina para a Ásia: o caso do programa 4Ps nas Filipinas, 2018. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-761220180002000264&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-761220180002000264&lng=en&nrm=iso)> Consultado em: 17 /06/ 2020.

Hernandez, Carolina G. to Britanica, 2020. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Philippines/The-Philippines-since-c-1990>>

Global Nutrition Report, 2020 Disponível em: <<https://globalnutritionreport.org/resources/nutrition-profiles/asia/south-eastern-asia/philippines/>> Acessado em dezembro de 2020.

Kim, Eunju, Yoo Jayoung. Conditional Cash Transfer in the Philippines: How to Overcome Institutional Constraints for Implementing Social Protection, 2015. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/app5.72>> consultado em 17/06/2020.

Landbank. LANDBANK joins gov't collab against hunger, poverty. Disponível em: <<https://landbank.com/news/landbank-joins-govt-collab-against-hunger-poverty#:~:text=The%20Land%20Bank%20of%20the,the%20country%20by%20year%202030>> Acessado em dezembro de 2020.

LANDMAN, T. Issues and methods in comparative politics: an introduction. 3rd edição. Milton Park, Abingdon, Oxon ; New York: Routledge, 2008.

LEITE, C. K. S; Peres, Ursula Dias. 2013. Origem e disseminação do Programa Bolsa Família: aproximações analíticas com o caso mexicano. Revista do Serviço Público, v. 64, p.351-376. Jul/set, 2013.

LIMA, Thiago. Fome e Relações Internacionais: uma agenda oportunuda para o Brasil. Revista Carta Internacional, v.9, n.1, p.94-104, jun. 2014.

Llego, Mark Anthony. SCHOOL-BASED FEEDING PROGRAM FOR SCHOOL YEARS 2017-2022. 2017. Disponível em: <<https://www.teacherph.com/school-based-feeding-program-sbfp/#:~:text=SCHOOL%2DBASED%20FEEDING%20PROGRAM%20FOR%20SCHOOL%20YEARS%202017%2D2022&text=The%20SBFP%20covers%20all%20Severely,end%20of%20120%20feeding%20days>> Acessado em dezembro de 2020.

Mamiit, Rusyan Jill. Three Essays On Food Staples Sufficiency: Biophysical Assessment, Socioeconomic Analysis, And Policy Evaluation Of The Rice Sector In Central Luzon, Philippines. 2016.

Melito, Leandro. Bolsonaro deixou país vulnerável à fome e "preço será alto" na pandemia, diz Graziano: "Muita gente vai morrer de fome se não morrer do coronavírus", diz ex-diretor da FAO. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/21/bolsonaro-deixou-pais-vulneravel-a-fome-na-pandemia-preco-sera-alto-diz-graziano>> Acessado em janeiro de 2021.

Milani, Calos R. S., Suyama, Bianca e Soares Mombelli, C. Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil? Articulação Sul e Friedrich Ebert Stiftung. Nov. 2013.

Menezes, Fracisco; Burlandy, Luciene; Maluf, Renato e Ayala, Luci. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutriocnal. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutrcional (CONSEA).Jul. 2004.

Milhorange, C. A política de cooperação do Brasil com a África Subsaariana no setor rural: transferência e inovação na difusão de políticas públicas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 2, p.05–22, dez. 2013.

Nações Unidas, 2021 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> consultado em janeiro de 2021

Official Gazette. Pantawid Pamilya contributes to poverty reduction. posted under Briefing Room, Department of Social Welfare and Development and tagged Conditional Cash Transfer, Department of Social Welfare and Development, health, Pantawid Pamilyang Pilipino Program, press releases, World Bank. 2015. Disponível em: <<https://www.officialgazette.gov.ph/2015/09/02/pantawid-pamilya-contributes-to-poverty-reduction/>> Acessado em janeiro de 2021.

Oliveira, G. Ideias e políticas públicas: considerações a partir da análise de programas de transferência monetária na África do Sul, no Brasil e no Chile. Doutorado em Ciência Política—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018

Oliveira, Osmany P. Embaixadores da Participação: A Difusão Internacional do Orçamento Participativo. 1ª edição. Annablume Editora; São Paulo, 2016.

Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: Dezembro de 2020.

PMA. WFP's support to the Philippine Government's initiatives in achieving Zero Hunger by 2030. 2020. Disponível em: <<https://www.wfp.org/publications/wfps-support-philippines-governments-initiatives-achieving-zero-hunger-2030-2020>> Acessado em dezembro de 2020> Acessado em dezembro de 2020.

PMA. Operations Database. Disponível em: <<https://www.wfp.org/operations?f%5B0%5D=country%3A2058>> Acessado em dezembro de 2020> Acessado em dezembro de 2020.

PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, 2019. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/PHL>> consultado em dezembro de 2020

POMEROY, Melissa; WAISBICH, Laura e LOPES, Luara. Construindo uma agenda para o monitoramento e avaliação da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento: Reflexões a partir do caso brasileiro. *Perspectivas, Articulação Sul*. Apoio OXFAM. Maio, 2017

Programa Mundial de Alimentos – Centro de Excelência contra a fome: Relatório Anual, 2013.

PUTNAM, R. D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p.147–174, jun. 2010.

Tabunda, Ana Maria L.; Albert, Jose Ramon G. e Agdeppa, Imelda Angeles. Results of an impact evaluation study on deped's school-based feeding program, 2016.

The World Bank, Gini index - World Bank Estimate, 2019. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=PH>> consultado em dezembro 2020

Reyes, Celia M. e Tabuga, Aubrey D. Conditional Cash Transfer Program in the Philippines: Is It Reaching the Extremely Poor?. Philippine Institute for Development Studies. Discussion Paper Series No.42, 2012.

Briones, Roehlano; Antonio, Ella; Habito, Celestino; Porio, Emma e Songco, Danilo. Strategic Review: Food Security and Nutrition in the Philippines. Brain Trust Inc. 2017

ROMMINGER, Alfredo Eric. O Grupo Mundial: Funcionamento e Influência do Desenvolvimento Sustentável em suas Políticas. In Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p.269-288, jan./jun. 2004. Ugarteche, Óscar. História crítica

Sudré, Lu. Brasil de Fato. Duterte e Bolsonaro: os irmãos siameses da extrema direita: Para cientista política filipina, há muito em comum na ascensão de governos autoritários nas Filipinas e no Brasil. 2020.

TESDA. MOU SIGNING OF THE ENHANCED PARTNERSHIP AGAINST HUNGER AND POVERTY (EPAHP) 2019 Disponível em: <[https://tesda.gov.ph/Secretarys\\_Page/SpeechDetails/71](https://tesda.gov.ph/Secretarys_Page/SpeechDetails/71)> Acessado em dezembro de 2020.

V. Bruce, Tolentino. The Globalization of Food Security: Rice Policy Reforms in the Philippines. Philippine Journal of Development Number 54, Volume XXIX, No. 2, Second Semester, 2002.

Wiedemann, Mendoza. Food Sovereignty and Sustainability: A Case Study of the Philippines. 2015.